

Ser pesquisadora, ser testemunha: dilemas e potencialidades do fazer etnográfico em contextos de violência e criminalização

Being a researcher, being a witness: dilemmas and potentialities of ethnographic practice in contexts of violence and criminalization

Ada Rízia Barbosa de Carvalho

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Isabela Vianna Pinho

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

Marcelli Cipriani

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Juliana Torres y Plá Trevas

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Alana Barros Santos

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

RESUMO

Neste artigo, tecemos um diálogo entre cinco etnógrafas que realizam pesquisas em contextos de violência, precariedade, criminalização e encarceramento. Partimos do pressuposto de que essas características não só tensionam as experiências e os cotidianos daquelas/es com quem interagimos, mas impactam e informam nossos campos e práticas de pesquisa, adquirindo uma dimensão produtiva. Com base na descrição de quatro cenas e de um relato de entrevista – marcadas por lugares, interlocutores e condições distintas –, expomos suas articulações por meio de três vetores analíticos, separados entre si como recursos heurísticos: a pesquisa como o testemunho, a reflexividade sobre o fazer etnográfico e a corporalidade das pesquisadoras. Conduzidas por esses eixos temáticos, realizamos um debate propositivo sobre dilemas e potencialidades epistemológicos, metodológicos e políticos de etnografar em contextos de violência

Recebido em 16 de agosto de 2024.

Avaliador A: 07 de outubro de 2024.

Avaliador B: 21 de novembro de 2024.

Aceito em 22 de janeiro de 2025.



e criminalização. Considerá-los na dimensão produtiva significa entender como o que nos é testemunhado se relaciona a nossas posições em campo e ao modo como nos comunicamos e nos fazemos entender em relação às expectativas e pressupostos que se relacionam a essas posições. O artigo demonstra como ser pesquisadora e testemunha da violência pode trazer dimensões produtivas tanto no âmbito da pesquisa científica quanto nos engajamentos e lutas cotidianas com interlocutores/as que vivenciam e reagem às situações de violência.

Palavras-chave: Etnografia, Violência, Testemunho, Reflexividade, Corporalidade.

ABSTRACT

In this article, we weave a dialogue between five ethnographers who carry out research in contexts of violence, precariousness, criminalization and incarceration. We start from the assumption that these characteristics not only strain the experiences and daily lives of those with whom we interact, but also impact and inform our research fields and practices, acquiring a productive dimension. Based on the description of four scenes and an interview report – marked by different places, interlocutors and conditions – we expose their articulations through three analytical vectors, separated from each other as heuristic resources: research as testimony, reflexivity on ethnographic practice and the corporality of the researchers. Guided by these thematic axes, we carried out a purposeful debate on epistemological, methodological and political dilemmas and potentialities of ethnography in contexts of violence and criminalization. Considering them in their productive dimension means understanding how what is witnessed to us relates to our positions in the field and to the way we communicate and make ourselves understood in relation to the expectations and assumptions that relate to these positions. The article demonstrates how being a researcher and witness of violence can bring productive dimensions both in the scope of scientific research and in the daily engagements and struggles with interlocutors who experience and react to situations of violence.

Keywords: Ethnography, Violence, Witness, Reflexivity, Corporality.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um diálogo entre cinco etnógrafas que realizam pesquisas em quatro estados brasileiros: Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo¹. Embora cada

¹ Agradecemos aos nossos interlocutores, aos pareceristas, às organizadoras deste dossiê e aos colegas Natália do Lago, Roberto Efreem, Vanessa Sander e Karina Biondi, que contribuíram com comentários em uma versão

uma dessas investigações reflita especificidades teóricas, temáticas e territoriais, todas estão imersas em contextos marcados por violência, precariedade, criminalização e encarceramento. Em incursões empíricas, circulamos por lugares como prisões, portos, manifestações públicas, unidades de internação, residências, igrejas e pontos de venda de drogas. Transitando por eles, tecemos relações com pessoas encarceradas e sobreviventes da prisão², altos e baixos operadores de mercados ilícitos, familiares e amigos de pessoas mortas e presas, lideranças religiosas e agentes da segurança pública. Assim, ainda que a “violência” nem sempre seja um interesse central em nossas pesquisas, suas figurações atravessam e tensionam as experiências e os cotidianos daquelas/es com quem interagimos em fazeres etnográficos.

Nas ciências sociais, a descrição de situações relacionadas a violências é, muitas vezes, feita a partir de uma abordagem distanciada, que as encara como *objetos de pesquisa*. Todavia, quando as tomamos desde uma compreensão relacional, incorporada e situada, percebemos que elas produzem vínculos, mediações e articulações que estão emaranhados em nossas experiências como pesquisadoras, também incidindo sobre nossos corpos, vivências e fazeres. O que costuma ser menos enunciado nos debates socioantropológicos nos quais estamos inseridas é o modo como nos posicionamos nessa equação relacional. Argumentamos que, para além de constituir uma dimensão do fazer etnográfico, nos implicar nesse processo é um exercício de reflexividade ainda mais necessário quando as violências e riscos nos alcançam ou têm o potencial de nos alcançar (Parreiras, 2018).

Isso nos impele a refletir sobre os contornos e as estratégias de proteção, individuais e coletivas, que tecemos para permanecer ou não em campo, e sobre como isso se conecta aos marcadores que constituem nossa posição em relação às pessoas com quem interagimos e nos locais que pesquisamos. Como apontam Hanson e Richards (2019), as experiências vivenciadas a partir de nossos corpos não podem ser essencializadas, pois decorrem de contingências e relações de poder particulares a cada corpo e a cada situação. Nossos corpos não produzem experiências universais, tampouco as mesmas experiências emergem para todas nós apenas por partilharmos de determinadas referências de gênero. Em consonância com Haraway (2009), argumentamos em defesa de políticas e epistemologias posicionadas e corporificadas – “parciais” e não “universais”, aproximadas e sensíveis à vida das pessoas, além de permeadas por complexidades e contradições –, entendendo essa produção de “saberes localizados” como

preliminar deste texto, na RBA 2024.

2 Usamos *sobreviventes do cárcere* ao nos referir a pessoas egressas do sistema prisional, que reflete diálogos que construímos com movimentos sociais antiprisionais e familiares de pessoas em privação de liberdade. Aprendemos que sair da prisão com vida transforma as pessoas em sobreviventes da violência estatal sofrida durante o encarceramento. A utilização do termo é a tentativa de não deixar as violências cometidas na prisão serem esquecidas, além de contribuir para a ressignificação e o fortalecimento da luta antiprisional.

a grande potência dos nossos trabalhos.

No decorrer do texto, trazemos a descrição de um relato de entrevista e de quatro cenas etnográficas, que têm particularidades quanto ao seu contexto, interlocuções e temáticas. Ainda assim, estão articulados por meio de três vetores: a *reflexividade* sobre o fazer etnográfico; a compreensão de que nossa posição como pesquisadoras é, também, uma posição de *testemunhas*; e o reconhecimento de que esse fazer etnográfico, reflexivo e testemunhal, é *corporificado*. Nos relatos – que contam com nomes fictícios, para preservar o anonimato das interlocutoras/es –, tais vetores aparecem de diferentes maneiras e com variadas ênfases, sem a pretensão de oferecer uma abordagem exaustiva. São o seu reconhecimento e desdobramentos, contudo, que nos permitem enunciar o que entendemos como alguns dos dilemas e potencialidades de fazer etnografia em contextos de violência e criminalização. Assim, esses são fios condutores que acomodam a singularidade de cada descrição e, ao mesmo tempo, indicam a dimensão coletiva de nosso esforço analítico.

Por *reflexividade* nos referimos à dimensão basilar – e não só tangencial – do modo como nos inserimos e permanecemos em campo, tecemos relações, aprendemos e relatamos tais experiências. Nossas trajetórias de vida e de formação estão inscritas nesse processo, com o potencial de facilitar acessos ao campo e aos interlocutores ou se constituir como dilema, pois esses acessos são constantemente negociados, refeitos ou dificultados a depender de como os aspectos de nossa identidade, corpo e posição são percebidos situacionalmente e a cada interação. Isso tudo nos informa não só sobre o campo, mas também sobre o tipo de conhecimento que produzimos quando nos expomos e correspondemos aos interlocutores. O que propomos como exercício de reflexividade é a incorporação de tais questões em nossos fazeres (Hanson; Richards, 2019; Ingold, 2014).

Quando falamos em *testemunho*, nos inspiramos em Das (2020) e no modo como sua presença em campo impacta sua produção etnográfica, especialmente no lidar com os sofrimentos relatados por suas colaboradoras³. Propomos que sua produção pode ser compreendida como um modo não apenas de narrar, mas também de testemunhar as violências vividas pelos interlocutores. Sua presença em campo media um conhecimento que lhe é relatado, aos poucos, e muitas vezes sutilmente, por meio de relações de confiança construídas ao longo de muitas interações. Metaforicamente, encontrar-se na posição de pesquisadora em contextos que envolvem violências é estar diante da possibilidade de construir, também, um testemunho. Assumir essa posição faz emergir uma série de dilemas e, ao mesmo tempo, potencialidades, devido ao compromisso e à responsabilidade sobre aquilo que vemos e ouvimos. Diante de expressões diversas de violência, imbricadas no risco ou na concretude da criminalização, o

3 Essa reflexão está mais desenvolvida em Trevas (2023).

que podemos dizer? Quando e a quem podemos relatar o que vimos, ouvimos e entendemos? E, mais do que isso, quais são os efeitos daquilo que dizemos? O espaço reflexivo gerado a partir do encontro entre as vítimas e/ou as testemunhas desses contextos e nós, pesquisadoras, deixa marcas e impacta nossa produção científica.

Ao propor um *fazer etnográfico corporificado*, nos referimos a uma produção de conhecimento que está posicionada através das interrelações corporais entre nós e as pessoas que povoam nossos campos de pesquisa. Estar em campo é uma imersão corporal (Puglisi, 2019): o corpo é a ferramenta para a produção do conhecimento etnográfico e, ao mesmo tempo, o mediador de suas relações constitutivas. Relatos que posicionam as diferenciações marcadas por gênero, como as descritas nesse artigo, são a corporificação das nossas experiências significativas e significantes (Haraway, 1991). Por isso, corporificar a reflexividade implica compreender esses corpos como organismos vivos, atravessados por marcadores sociais da diferença – como raça, classe, geração e territorialidade –, considerando as condições ambientais e infraestruturais de sua vida e ação.

Nosso objetivo, com esse exercício coletivo, é mais do que mencionar como essas questões moldam produções acadêmicas, mas propor uma reflexão sobre como nossas posições compõem nossa reflexividade e fazer etnográfico (Hanson, Richards, 2019). Por isso, enfatizamos o papel ativo que assumimos diante das escolhas efetuadas em nossas pesquisas (Fonseca, 2008) – e, ao direcionar o olhar para o que pode ser apreendido por meio da etnografia, a tomamos como um processo que compõe nossa forma de produção de conhecimento e aciona reflexões sobre o tipo de conhecimento que podemos ou não produzir desde as vivências em campo. Além disso, também reforçamos a dimensão produtiva e a positividade analítica da etnografia em estudos sobre violência e criminalidade, afastando uma perspectiva denunciatória ou acusatória das práticas criminais (Aquino; Hirata, 2018).

Embora cada uma das autoras tenha se encarregado de sua respectiva descrição, tal conteúdo, bem como as considerações analíticas que o acompanham – e que estão imbricadas nos próprios relatos –, é fruto de um exercício colaborativo e dialógico, da leitura cruzada e da troca de sugestões fornecidas por todas nós. Assim, ao transitar por contextos e experiências singulares, mas permeados por uma série de pontos de conexão – manifestos pelos vetores elencados –, efetuamos um esforço para “pluralizar” e “pulverizar” nossa capacidade de autoria, reflexão e problematização das ideias que povoam os dilemas e potencialidades em nossas criações (Lago; Farias; Efrem, 2023).

LIMITES E EFEITOS PRODUTIVOS DA POSIÇÃO DA PESQUISADORA

No dia 13 de setembro de 2023, uma quarta-feira à tarde, fui⁴ a um ato realizado em Santos/SP, onde manifestantes se reuniram contra a Operação Escudo⁵ que, naquela altura, já havia deixado 28 mortos em 40 dias. Iniciada após a morte de um policial da Rota⁶, a operação logo instaurou um clima muito tenso na região, sobretudo nos bairros periféricos dos municípios de Guarujá, Santos e São Vicente. Os noticiários frequentemente anunciavam tiroteios e mortes e diversas denúncias de graves violações de direitos humanos foram relatadas.

Na mesma quarta-feira, aproximei-me do grupo de cerca de 50 manifestantes. Ativistas, jornalistas, estudantes, políticos da região e familiares de vítimas seguravam cartazes com diferentes frases, em sua maioria pedindo justiça. Na esquina da praça também havia três viaturas de polícia estacionadas. Duas mulheres de aproximadamente 60 e 45 anos, uma moça e um rapaz jovens, vestiam camisetas brancas estampadas com o rosto de um jovem e a palavra “eterno” embaixo. A senhora de mais idade se aproximou e perguntou quem eu era, e respondi que era socióloga. Ela se apresentou como Dora, avó de Marcos, uma das vítimas da operação.

Dora me apresentou à Carla, a mulher que a acompanhava, como sua filha e mãe de Marcos, e os jovens como irmãos dele. Com a voz embargada, Carla se emocionava ao falar da morte recente de Marcos: “meu filho foi torturado”. Elas enfatizaram que o corpo de Marcos apresentava marcas de botina no pescoço e peito, indicando que ele foi pisoteado e que a causa da morte não foi o tiro, contradizendo a versão dos policiais de que Marcos morreu em confronto. Ainda, relataram a demora na chegada do filho ao hospital e a divergência das informações sobre se ele havia ou não chegado com vida. No Boletim de Ocorrência, consta que Marcos teria atirado contra os policiais e que com ele foram apreendidas uma arma e drogas. Também consta que os policiais dispararam 37 vezes. No entanto, uma análise feita por um perito forense e relatos de testemunhas indicam que os agentes chegaram atirando, sem nenhuma possibilidade de defesa dos jovens⁷. Relatos indicam ainda que moradores tentaram se aproximar de Marcos, acreditando que ele ainda estivesse vivo, mas os policiais isolaram o

4 Cena descrita pela pesquisadora Isabela, vivenciada durante sua pesquisa de doutorado, financiada pela Fapesp [2020/14000-6].

5 No total, a primeira, a segunda fase da Operação Escudo e a Operação Verão deixaram 93 mortos em 2023 e 2024 na Baixada Santista. Se consideradas as mortes por policiais de folga, o total é de 110 civis mortos.

6 Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar é a corporação mais letal da Polícia Militar do estado de São Paulo.

7 Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/noticias/policia/familia-de-homem-morto-pelo-baep-em-santos-relata-agress-o-da-pm-covardia-video-1.375121>. Acesso em: 11 fev. 2025.

local e impediram a sua passagem. Em protesto, os moradores atearam fogo e gravaram vídeos da cena. Gisela, irmã de Marcos, afirmou à imprensa que foi até o local onde o irmão fora baleado assim que soube do ocorrido, mas não o encontrou. No hospital, ela pediu para ver o corpo e tentou fotografá-lo. Embora tenha sido impedida, conseguiu constatar que Marcos tinha sinais de espancamento.

Em um domingo à tarde, elas me convidaram para ir até a casa de Dora, pois estariam de folga. Com a sua concordância, meu pai me acompanhou. Devido à vasta experiência dele como psicólogo da prefeitura, aquela não era sua primeira vez no bairro, e ele estava disposto a ajudar caso elas desejassem. Em um contexto de conflito já deflagrado, no qual a família enfrentava ameaças, ir até sua casa acompanhada por alguém que poderia contribuir com orientações sobre como buscar ajuda institucional representava um exercício de reflexividade sobre as possibilidades e os limites de minha atuação em campo. Também fazia parte de pensar como minha sensibilidade e engajamento diante da situação que enfrentavam se articulavam com a necessidade de refletir sobre as estratégias de proteção para todas nós.

Ao nos sentarmos no quintal da casa, Dora lembrou o domingo anterior à morte do neto, quando comemoraram seu aniversário com um churrasco na laje acima. Ela reiterou – como havia feito durante o ato – que Marcos usava uma corrente de ouro e estava com o celular no dia de sua morte, e que havia tentado recuperar ambos sem sucesso. Dora expressou o desejo de contratar um advogado para ajudar na recuperação dos pertences e perguntou se eu era ou poderia indicar alguém. Naquele momento, tive a impressão de que ela esperava alguma forma de ajuda. Entendi que deveria falar um pouco mais sobre mim, minha profissão e minha pesquisa – para, do modo mais claro e sincero possível, delinear os limites do que eu poderia fazer e do que elas poderiam, ou não, esperar de mim.

Essa não era a primeira vez que, em campo, o meu corpo de mulher, jovem, branca e de classe média era enxergado como o de alguém *de fora*, que poderia ajudar de alguma forma. Em diversas situações, não sou vista como uma “ameaça” e, em muitas delas, sou percebida como assistente social ou psicóloga (Pinho, 2019). Por um lado, isso abre portas nas relações tecidas em campo; por outro, coloca dilemas sobre como esclarecer os limites para que as interlocutoras não esperem algo que eu não possa de fato oferecer.

Em primeiro lugar, eu estava ali na casa de Dora para ouvir e expressar solidariedade. Não me sentia confortável em “usar” essa situação de luto recente para interesses de pesquisa, tanto que só escrevi sobre isso muitos meses depois. Situações como a relatada me colocavam diversos dilemas éticos da pesquisa, questionava-me sobre a exposição e segurança delas e de seus familiares. Depois de perceber que muitos de seus relatos haviam sido publicados em jornais, me senti mais tranquila para escrever. A linha tênue entre o que publicizar e o quanto isso poderia servir para criminalizar ainda mais o Marcos – mesmo depois de morto – e sua

família, sempre foi uma preocupação central.

Mais uma vez, trata-se de um exercício de reflexividade que envolve estabelecer os limites, mesmo que temporários, sobre aquilo que pode ou não vir a se constituir como produção acadêmica, pois ainda que essa produção circule em redes delimitadas, não deixa de ser pública. Esse exercício envolve compromisso ético e a segurança de pessoas como as mulheres daquela família, bem como a minha (Hanson; Richards, 2019). Tal como no dia do ato, a família nos relatou as ameaças e a presença contínua de policiais rondando sua casa. Eu e meu pai ressaltamos a importância de elas buscarem apoio junto à Defensoria Pública, além de maneiras de se fortalecer e proteger coletivamente, como pela aproximação com movimentos sociais como o das Mães de Maio⁸. Embora apresentem fragilidades e limites, essas são alternativas possíveis para lidar com casos de violência que podem parecer isolados e individuais, mas são estruturais no contexto brasileiro.

Estar na casa da Dora me fez lembrar de minha pesquisa de mestrado, uma etnografia realizada dentro de casas de mulheres em periferias (Pinho, 2019). No doutorado, fiz uma mudança brusca e comecei a estudar a circulação de cocaína, sobretudo no Porto de Santos. Passei a observar o cotidiano portuário e o universo do “mundo do crime” – ambos operados, em sua maioria, por homens. Hoje, grande parte dos meus interlocutores são homens. Essa mudança de contextos e temas gerou maior visibilidade à minha pesquisa, levando-me a conversar mais com jornalistas. Novamente, surgiram dilemas: com qual jornal falar, o que dizer, como lidar com as informações? Deparei com as contradições de exposição e risco para mim e para os meus interlocutores, junto ao desejo de ocupar espaços que geralmente são ocupados por homens brancos e estudiosos da área de Segurança Pública.

Gênero é um dos marcadores estruturantes do campo da produção acadêmica. Como Hanson e Richards (2019) argumentam, do mesmo modo que algumas produções das ciências sociais ajudaram a produzir alteridade em relação aos grupos estudados, pesquisadoras de campos normalmente centrados na produção masculina também podem ser posicionadas no lugar da alteridade, como se apenas nós fôssemos confrontadas pelos dilemas, inseguranças e riscos de realizar pesquisa em contextos de violência. Na realidade, em muitas situações, o nosso corpo generificado abre muitas possibilidades de acesso ao campo, pois dificilmente somos vistas como “ameaças” em potencial.

Em meio a essas reflexões, fui percebendo como o jornalismo de viés sensacionalista pode criminalizar ainda mais esses jovens. Por outro lado, passei a notar como a mídia, sobretudo o independente, tem papel fundamental na luta por justiça de mulheres como Carla e Dora, assim

⁸ Grupo de mães, familiares e amigos de vítimas da violência de Estado, que surgiu após os Crimes de maio de 2006. Para saber mais sobre o movimento, ver Almeida (2021).

como na preservação da memória de jovens como Marcos. A partir do momento em que minha pesquisa começou a receber alguma atenção para além dos círculos acadêmicos, o exercício de reflexividade sobre os dilemas e potencialidades de minha atuação e engajamentos em campo se ampliaram. Com quem, o que e como falar se tornaram outra frente de preocupações. Enfrentei situações, por exemplo, nas quais interlocutores questionaram minhas escolhas ao dar entrevistas para alguns jornais, além de questionarem as possíveis consequências que nossos trabalhos podem trazer.

Além da aproximação com jornalistas, me vi mais próxima de colegas que atuam em instituições de direitos humanos. Sendo assim, passei a pensar sobre minha atuação política e a refletir se os diferentes papéis de moradora, ativista, universitária, socióloga e pesquisadora são assim tão rígidos e apartados. É evidente que nosso olhar etnográfico e analítico não pode ser simplesmente ligado e desligado como um interruptor. Em muitas situações cotidianas, somos desafiadas a navegar entre “mundos” distintos, ora mais conectados, ora mais distantes uns dos outros. Isso nos leva a refletir continuamente sobre as implicações dessas posições em nossa produção acadêmica, bem como sobre os limites que, em alguns momentos, precisam ser delineados – seja para preservar uma relação ética e comprometida com quem interagimos, seja para garantir nossa segurança e a dessas pessoas.

Dilemas semelhantes são, à sua maneira, constitutivos das experiências de campo com atores *envolvidos* no *Crime*⁹. Em janeiro de 2016, enquanto eu¹⁰ pesquisava as dinâmicas de facções em Porto Alegre, a cidade amanheceu com a notícia da decapitação de um jovem, cujo corpo e cabeça haviam sido desovados em dois bairros diferentes. Nos dias seguintes, versões borradas das imagens foram exaustivamente veiculadas em um programa de televisão sensacionalista, que pedia por ações mais radicais – e autoritárias – diante dos *bandidos*.

Lembro do choque, horror e desconforto profundo que senti ao deparar com as fotos, que circularam em grupos de WhatsApp de moradores de periferias e despertaram respostas mistas, mas enérgicas, de seus integrantes. Embora soubesse que os homicídios compunham práticas faccionais, nunca havia tido uma experiência concreta com essa violência nem sentido que minha integridade física estava em risco – ainda que estivesse em campo em uma unidade prisional e em *bocas* de venda de drogas há quase um ano. Tampouco vivia na região em questão, onde os moradores – que ora condenavam, ora apoiavam o homicídio – denunciavam situações que, associadas ao *Crime*, desestabilizavam suas rotinas e seu senso de segurança

⁹ Nesse relato, gírias, palavras e categorias êmicas estão grifadas em itálico.

¹⁰ Relato de entrevista feita por Marcelli durante sua pesquisa de mestrado (Cipriani, 2021), realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

diariamente. Por isso, mais do que a brutalidade do evento, minha reação imediata também refletia o tipo de relação que eu estabelecia com ele – o que passava pelos meus referenciais de perigo, pelo lugar que aquela *vila* ocupava em meu cotidiano e por como minha proximidade com o *Crime* era pautada a partir de uma posição de pesquisadora.

Essa proximidade resultava, em parte, de movimentações pelos corredores de um presídio, onde me deparava com presos de cabeças baixas e olhar voltado para o chão. Mais tarde, um interlocutor explicou que isso ocorria porque, naqueles trânsitos, eu era percebida não só como uma visitante, mas como alguém que poderia ser mulher de outro preso. Durante entrevistas individuais com presos – em que eu era apresentada como pesquisadora por um policial da casa –, os encontros passavam por outras modulações, e a necessidade de desviar o olhar deixava de fazer sentido. Já nas incursões às *bocas*, parecia estar muito claro, para os interlocutores, que eu não era uma informante do grupo rival ou uma agente do Estado. Com o crachá da universidade, um caderno e uma caneta na mão, apresentando curiosidades pouco relevantes aos interesses policiais e sempre indicada por alguém, era plausível que eu fosse, de fato, o que anunciava ser: uma estudante interessada em entender o *Crime*.

As possibilidades de acesso ao campo e às interlocutoras/es, portanto, variavam segundo como minha presença – manifesta por meio do mesmo corpo feminino, jovem e de pele branca – era lida situacionalmente. Essa categorização ocorria em meio a regras e práticas mais amplas que enquadravam as interações em cada lugar, bem como à presença de mediadores e à existência de espaço para minha enunciação. De modo geral, no plano da prática, minha figura e performance não ofereciam uma imagem de risco ou despertavam grande desconfiança nos contornos desse “mundo”. Pelo contrário: quando não fui interpretada como possível companheira de um preso, ser mulher desencadeou efeitos facilitadores no desenvolvimento da pesquisa, assim como ocorrera no relato anterior.

Tais experiências empíricas também tensionaram minha angústia em relação às imagens – e o medo delas decorrente – desde outra perspectiva: a da essencialização do *Crime*. Embora esse seja um contexto de pesquisa imbricado em riscos – que, apesar da adoção de cuidados, não podem ser eliminados inteiramente –, a maneira como eu testemunhava o *Crime* era muitíssimo distinta daquela que levou ao desfecho da execução. Ainda que as dinâmicas faccionais abarquem atos de violência extrema, as práticas que as engendram não são aleatórias quanto aos marcadores de suas vítimas e territorialidades. Ademais, respondem a uma lógica própria, a uma particular dimensão desse “mundo” – que é muito mais plural – e a um acúmulo de atos aos quais eu não tinha (e nem pretendia ter) acesso. Então, percebi-me atravessada por um dilema reflexivo: a busca pelo equilíbrio entre, de um lado, a responsabilidade de não romantizar incursões empíricas em cenários de risco e, de outro, o cuidado em não me deixar contaminar pela desconfiança generalizada, a ponto de reificar o *Crime* e impedir o estabelecimento de

interações significativas.

Em sintonia com as previsões que eu havia escutado de interlocutores em 2016, a decapitação ocorrida em janeiro serviu como gatilho para uma série de homicídios cometidos com o uso de violência extrema em Porto Alegre – havendo, ao longo do ano, ao menos duas dezenas de casos que envolviam tortura, decapitação ou esquartejamento. No que passou a ser chamado de a *guerra* das facções, tais práticas se consolidaram como o elemento principal de uma reordenação das relações entre esses grupos, intrincada em disputas por poder e mercado, mas também pela legitimidade de dizer o sentido do *certo* no *Crime* (Cipriani, 2021). Em 2017, atenta a esse desenrolar de eventos e após finalizar a pesquisa na unidade prisional, comecei a fazer entrevistas com jovens cumprindo medida socioeducativa em meio fechado e aberto. Foi no âmbito dessas experiências que conversei com João pela primeira vez.

João contou-me que não tinha mãe e que o pai, que era *envolvido*, foi morto quando ele estava com 6 anos. Ao completar 10, começou a participar do tráfico e, com 12, *caiu* na Fase (Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul). Quando saiu, foi acolhido por um *patrão* e tornou-se um de seus protegidos. Quando a *guerra* das facções explodiu, a *vila* onde João vivia estava no centro do conflito. No período, ele começou a sentir uma revolta incontrolável: a *boca* na qual era *gerente* – o local onde havia se sentido “visto” pela primeira vez após a morte do pai – foi atacada pelos *contras*, os rivais, em uma série de ataques. Vários de seus amigos foram sequestrados e assassinados de modo brutal, com os corpos de alguns deles nunca tendo sido encontrados. Em sua perspectiva, a *família* que ajudou a construir estava sendo perseguida por um grupo que não tinha ética em seus atos, pois vitimava pessoas inocentes e *oprimia moradores*, sendo guiado por *matadores* com *olho grande*. Esse grupo não era *pelo certo* e, como reforçou, *o errado tem que ser cobrado*.

Com o estímulo do *patrão*, João começou a coordenar um núcleo de jovens para se vingar dos *contras* e proteger sua *vila*. Muitos dos homicídios cometidos por ele e sua *equipe* envolveram métodos de violência extrema. João disse que, ainda que essas mortes fossem celebradas como um acerto de contas legítimo e necessário, ninguém gostava, de fato, de cometê-las. Ele também contou que, devido ao que viveu, passou a ter pesadelos, começou a se sentir *paranoico* e tornou-se *muito perturbado*. Apesar de sua lealdade e coragem – o terem rendido *moral* na *firma*, afirmou que sua principal motivação era *apoiar* quem sempre o *apoiou* e reagir à *injustiça* presenciada na *vila*. Falou que, embora estivesse *pelo certo*, sabe que vai carregar o peso do que fez para sempre – até que, em algum momento, alguém faça o mesmo com ele, pois passou a ser *pedido* de morte por vários de seus *contras*.

Ao transcrever a entrevista que fiz com João, meu esforço inicial se deu no sentido de identificar como a violência extrema modulou, em diferentes momentos, suas experiências – como morador de uma *vila oprimida*, algoz, companheiro leal, vítima de trauma e *pedido* de

morte pelos rivais. Porém, mais do que evidenciar a polissemia inerente à categoria violência, o relato me levou a refletir sobre a plasticidade de outras categorias que, em múltiplos arranjos, contextos e situações, conduzem à produção de significados distintos. João expôs como noções abstratas – lealdade, ética, justiça – podem se entrelaçar a formas de vida concretas, integrando processos de subjetivação. E, embora eu jamais possa acessar os modos pelos quais essas noções participam dos padrões normativos que tornaram João convicto de estar *pelo certo* nos métodos que empregou, sou capaz de, reflexivamente, identificar sua presença em minha própria trajetória e cotidiano – ainda que sob outras modulações.

Em vez de manifestar uma forma de vida avessa a tais valores, João me indicou um caminho para compreender a maneira, invertida e espelhada, pela qual eles adquirem sentido no plano da experiência vivida – o que se deu por sua percepção e encontro com um grupo rival, pelo acúmulo de interações na *firma* e de laços duradouros com a *família*. Com isso, também abriu espaço para o meu esforço de, reflexivamente, devolver “coerência” (Barros, 2020) à sua crueldade, ao mesmo tempo em que me levou a interrogar meus próprios limites: até onde – a partir das minhas experiências com a violência extrema, que são muito distantes das dele – eu seria capaz de “suportar” sua palavra, prática e saberes (Goldman, 2006, p. 167).

Nem todos os jovens *envolvidos* estabelecem essa mesma relação com a violência, mas a conversa que tive com João tensiona o tipo de representação que os define como portadores de uma perversidade ontológica, reduzindo sua existência no mundo social ao mundo do *Crime* e, por extensão, enquadrando-os em um tipo social – os *bandidos* – e em uma figuração coletiva – as facções – dessa representação estática. Ainda que sua vida esteja intrincada, desde cedo, às sociabilidades faccionais, ele não é todo o tempo ou apenas do *Crime* (Feltran, 2017). No decorrer de incursões empíricas, somos situadas por meio de múltiplas categorias, e essa pluralidade também atravessa os atores com os quais nos deparamos, que transitam por repertórios tanto imersos nesse “mundo” quanto bem mais distantes.

Podemos perceber pontos em comum entre os dilemas e potencialidades suscitados pelo primeiro relato e pela descrição da entrevista. Em contextos de violência, o processo de reflexividade sobre os limites do nosso trabalho se torna constitutivo de muitas etapas, seja no que diz respeito ao que e como publicizar aquilo que testemunhamos em campo – considerando consequências imprevistas de nossas produções sobre suas vidas, inclusive a criminalização –, seja no que tange ao que somos capazes de coproduzir nos encontros entre os testemunhos de nossos interlocutores e aqueles que elaboramos. Por outro lado, ambas as pesquisas ressaltam como nossa corporalidade pode, situacionalmente, impedir ou possibilitar inserções e relações de confiança que outros corpos não acessariam da mesma maneira.

PRODUÇÃO DE CONSENSOS E DIÁLOGOS

Em 2018, entrei¹¹ pela primeira vez numa prisão, já costurando fronteiras entre pesquisa e ativismo. Minha entrada se deu por meio da coletiva feminista que integro até hoje, Liberta Elas. Naquele momento, nosso grupo – formado por oito mulheres diversas – se reconhecia como um projeto-ação¹². Nos reunimos e articulamos a entrada na unidade com a direção da Colônia Penal Feminina de Recife, conhecida como Bom Pastor, no bairro do Engenho do Meio em Recife, Pernambuco. No último dia da ação, decidimos fazer uma entrega coletiva de produtos diversos, provenientes de uma campanha que lançamos no Facebook da Liberta Elas e que gerou muito engajamento e doações. De certa maneira, nossa entrada se tornou pública, gerando, inclusive, alguns momentos de tensão com a direção da unidade. Além de nós, convidamos outras mulheres de nossas redes afetivas para ajudar no mutirão de entrega das doações que arrecadamos. Desses dias, não possui anotações ou diário de campo, mas hoje compreendo que as vivências e experiências da ação foram fundamentais para os meus passos como pesquisadora de prisões femininas, já que me abriram os caminhos e me mostraram formas de dialogar com as mulheres aprisionadas, com a direção das unidades prisionais e com os/as policiais penais com quem tive contato até março de 2020. Ou seja, é dessas vivências, negociações e relações que se constitui a reflexividade sobre as condições de realização de minha pesquisa.

Quando lembro desses quatro dias de 2018, a primeira coisa que vem à mente são as sensações corpóreas ao entrar em uma prisão. Por meio do meu corpo, mediava as especificidades de um território onde nunca estivera, mas que buscava transitar e, assim, compreender um pouco melhor. Sentia um abafado logo na entrada e sensações de claustrofobia. Também sentia medo das censuras sutis, das dificuldades impostas por algumas pessoas que trabalhavam na parte administrativa da unidade e de seus olhares, ora de reprovação, ora de curiosidade sobre nós. Frequentemente, quando estávamos prestes a entrar nas unidades, exigências de última hora eram estabelecidas para impedir nossas atividades. Tinha medo dos policiais penais que, muitas vezes, faziam questão de demonstrar seu poder por meio de olhares ou perguntas sobre nossas atividades. Um medo que sempre me acompanhou durante todo o campo era o de entrar

11 Cena descrita por Juliana, decorrente de sua pesquisa de doutorado (Trevas, 2023) realizada com apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

12 Inicialmente, nossa intenção era dialogar com as mulheres que estavam aprisionadas. Nos reunimos e decidimos, coletivamente, realizar uma atividade dentro da unidade prisional feminina de Recife. Não tínhamos ideia de que iríamos continuar realizando essas atividades no cárcere até hoje. Dessa forma, ao refletir sobre o início da Liberta Elas, reconhecemos essa atividade como algo mais pontual e momentâneo. Depois, algumas participantes saíram e outras continuaram se organizando para seguir dialogando com as mulheres na unidade.

e não sair das unidades prisionais, ou seja, eu tinha medo de ser aprisionada. Com o tempo, esse medo ia aumentando porque, quanto mais eu entrava nas unidades prisionais femininas para dialogar com as mulheres, mais eu compreendia as violências sofridas por elas durante o processo de encarceramento. Eu ouvia seus testemunhos (Das, 2020) e passei a ser, além de pesquisadora, testemunha (Miller 2015) das condições de precariedade e violência que elas passavam nas prisões.

Entrar nesse campo de pesquisa estando rodeada por mulheres, de maneira presencial e virtualmente, me conectou com as reflexões de Miller (2015). A autora fala sobre o peso que o campo pode nos trazer, configurando-se como um “pedágio emocional” com o qual passamos a lidar. Nesses casos, a posição de pesquisadora e testemunha também nos coloca em um espaço de precariedade diante das situações a que nossas interlocutoras estavam expostas. Ao descrever as dificuldades pelas quais passava em campo – já que o fato de ser uma mulher, em muitos momentos, a colocava em situações de risco –, a autora traz recomendações baseadas em sua experiência como antropóloga sobre como criar espaços de segurança no decorrer de nossas pesquisas. E um dos pontos trazidos por ela é, justamente, sobre a importância de escutar as vozes de suas interlocutoras.

Durante minha pesquisa, além de ouvir atentamente as mulheres com quem interagia nas prisões, estar cercada de mulheres fez com que me sentisse menos insegura. Essa rede me dava coragem para continuar. Com as mulheres da coletiva e nossas parceiras de militância, sabia que não estaria sozinha caso algo acontecesse. Assim, se, por um lado, tais dilemas poderiam se constituir em limitações, o modo como foram contornados, por meio das relações de confiança estabelecidas em campo, vieram a se constituir como um potencial, uma perspectiva situada, pois me rodearam de um conjunto de relações que, além de me ajudarem a lidar com as inseguranças inerentes ao processo de fazer pesquisa na prisão, se constituíram eles mesmos em um modo de acessar e compreender aquele campo, por meio do aprendizado junto às interlocutoras de minha pesquisa.

Naqueles dias de 2018, estávamos usando a blusa com a logo do Liberta Elas que, na época, era branca com um punho fechado, erguido, como usado pelo movimento negro, e tinha o nome Liberta Elas escrito na base. Em algum momento, perto da entrada do pátio, três mulheres que andavam juntas pararam na nossa frente. Também paramos e todas nós ficamos cara a cara. Elas olharam para nossa blusa e nos perguntaram se pertencíamos a algum grupo religioso. A pergunta me fez aterrissar e fiquei pensativa por alguns segundos. Respondi que não e apontei para o nome da Liberta Elas que a blusa mostrava. Disse que éramos um grupo de mulheres. Aconteceu uma pausa silenciosa e continuamos a andar.

Lidei com essa cena por um tempo, mas ela só veio fazer sentido para mim mais tarde, durante reflexões sobre como minha entrada em campo modulou a pesquisa. A blusa que

usávamos nos distinguia de outras mulheres na prisão e revelava algumas pistas sobre nós. Ao ser questionada sobre quem éramos, e ao observar a reação das três mulheres que nos interpelaram, fui entender que não era comum um grupo de mulheres feministas organizadas entrar na prisão. O espanto pode ser compreendido como um estranhamento em relação à nossa presença, porque pessoas como eu – mulher branca, de classe média e com alto grau de escolaridade – quase nunca apareciam por ali, o que trazia tensões, criava ambiguidades e expectativas diversas nas relações que começamos a traçar. Percebi, ao longo da pesquisa e de dezenas de outras entradas, que quem costuma entrar na prisão são as pessoas que lá trabalham ou os grupos religiosos. Nós não éramos nem uma coisa nem outra. Sem dúvidas, o fato de eu ser a mulher que sou teve o potencial de me habilitar para negociar minhas entradas. Ao mesmo tempo, os testemunhos compartilhados tiveram em mim um grande impacto emocional, amenizado pelo fato de estar ao lado de companheiras de militância.

Minha corporalidade favoreceu, por um tempo¹³, o acesso à prisão, pois era mais compreensivo ao senso comum que eu, uma mulher, tivesse interesse no sistema prisional feminino e não no masculino, sendo os riscos das minhas entradas menores assim como, as atividades realizadas por nós eram mais bem compreendidas pela administração. A crença de que uma conexão quase *natural e espontânea* existisse entre mim e as mulheres sob custódia do Estado era evidenciado pelo meu corpo. Ser do mesmo gênero que minhas interlocutoras seria “menos perigoso” e menos disruptivo da ordem cotidiana. Já em outra formatação, como nas pesquisas realizadas por mulheres em unidades prisionais masculinas, uma mulher como eu deveria ter sua integridade física assegurada diante dos “riscos” (Padovani, 2017).

Nossos campos de pesquisa são estruturados pelas possibilidades e constrangimentos implicados nas formas como somos identificadas e interpretadas a partir de determinados marcadores de diferenciação (Hanson; Richards, 2019). Situados desde as relações que tecemos, nossos campos se constituem em emaranhados de dilemas e potencialidades, que formatam nossas experiências – inclusive de inseguranças e de incertezas – implicando diretamente nossos fazeres etnográficos.

Essas são questões que minha¹⁴ experiência em interlocução com coletivos evangélicos em Maceió também ajudam a perceber. Numa situação, desde as duas horas da tarde, acompanhava

13 No decorrer do tempo e com a frequência de nossas atividades nas unidades prisionais femininas de Pernambuco, o acesso foi se tornando mais difícil e as exigências aumentavam. Isso acontecia porque a maioria das integrantes da Liberta Elas eram militantes e, em seus espaços de militância, repassaram para outras pessoas e para instituições como Defensoria Pública do Estado aquilo que viam e ouviam.

14 Relato de campo relativo à pesquisa de Ada, realizada em interlocução com organizações religiosas que atuam no sistema socioeducativo e no sistema prisional alagoano. Trata-se de sua pesquisa de doutorado, ainda em andamento, realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

membros de um grupo de rap evangélico a realizar “momentos de espiritualidade” em unidades de internação do sistema socioeducativo. Eles estavam em três, todos homens. Em outro momento de suas vidas, dois deles já haviam atuado no mercado de drogas e sido alvo do sistema de justiça criminal. Em cada unidade por onde passavam, intercalavam seus testemunhos pessoais com pregações, orações fervorosas e raps. Eles falavam sobre a necessidade de *arrependimento* pelas “escolhas erradas” feitas pelos garotos que, naquele momento, cumpriam medida de internação.

No final do dia, finalizada a *missão*, fui convidada a continuar acompanhando o grupo. Eles queriam conversar comigo. Como os acompanhava há alguns meses, eles entendiam quais eram meus interesses de pesquisa. Mas queriam entender melhor o que eu faria com o que vinha observando e quais eram as minhas impressões, como *socióloga*, sobre tudo aquilo. Em nossos primeiros diálogos, quando me apresentei como pesquisadora interessada no trabalho que desenvolviam, eles me perguntaram se eu era vinculada a alguma religião, mais precisamente, se era evangélica.

Minha resposta, dizendo que tinha uma trajetória que passava por igrejas evangélicas, facilitou minha aceitação junto ao grupo. Mas deve ter se tornado insuficiente, ou mesmo ambígua, quando em nossas interações foi ficando claro que a classificação talvez não fosse suficiente para garantir que partilhássemos de um consenso sobre determinadas expectativas e valores que, para eles, são centrais à forma como realizam seu trabalho. A partir daí, imagino, se tornou importante saber onde me situar no campo político constituído em torno das instituições prisionais (como também entendo as unidades de internação). Campo político que inclui a nós, pesquisadoras e pesquisadores, organizações civis e de militância, organizações filantrópicas, redes religiosas, associações de familiares, entre tantas outras articulações (Telles *et al.*, 2020). Em suma, se tornou importante saber até que ponto eu poderia ser tomada como *colaboradora* de seus projetos, já que era certo que eles eram importantes *colaboradores* de minha agenda de pesquisa.

A conversa ocorreu em 2022. Faltavam duas semanas para votarmos no segundo turno do pleito eleitoral. Suas perguntas circulavam pelos temas que mais vinham causando dissensões no debate público diante das duas opções para a eleição presidencial. Já há algumas semanas, sentia certa ansiedade em campo, que associava à escalada dos processos de constituição de alteridades radicalizadas. Meu principal temor era ter o acesso ao campo prejudicado por conta de minha posição naquele pleito. Isso exigia de mim um exercício de atenção redobrado. Especialmente sobre como reagia e respondia às situações que testemunhava e às interpelações que me chegavam. Exercício que vinha tornando minha permanência em campo ainda mais cansativa, física e mentalmente.

“Mas você acha que esses meninos são vítimas ou alguma coisa assim?”, foi uma das

perguntas que me fizeram na conversa. Por alguns instantes, fiquei pensando em como responder àquela pergunta de modo a aplainar um terreno possível de diálogo, sem comprometer aquelas relações, mas sendo clara em relação à minha posição. Se eu chego ao campo informada por pressupostos e valores, que certamente influenciam para onde e como direciono meu olhar, como me relaciono e interpreto aquilo que vejo e ouço, as pessoas que colaboram com minha pesquisa também me observam, me interpretam, procuram me ler e me categorizar a partir de seus próprios pressupostos e valores. Afinal, eu acabei por me tornar testemunha de seus esforços por lidar e enfrentar as experiências de violência com as quais se defrontam cotidianamente.

Saber se eu via aqueles jovens cumprindo medida de internação como “vítimas” era uma pergunta importante porque o grupo de rap mobiliza a noção de *arrependimento* enquanto elemento central de suas pregações. Para “mudar de vida”, em suas perspectivas, aqueles jovens precisam reconhecer e se arrepender por seus “erros”. Se forem “vítimas”, como provavelmente interpretam perspectivas que tensionam a operacionalização punitivista dos sistemas de justiça e penitenciário (ou socioeducativo), não haveria necessidade de arrependimento. E se eu dizia que produziria textos acadêmicos sobre suas atuações, lhes interessava saber como seriam narrados, interpretados e publicizados. Naturalmente, essa pergunta também passou a tensionar minha produção. Acrescentou outra camada de reflexividade. Fez-me lembrar que os interesses em torno do que escrevo são múltiplos e que isso precisa ser levado em consideração. Embora esse seja um dilema, também pode ser compreendido a partir de uma perspectiva produtiva, que informa sobre o campo, as relações que tecemos e, conseqüentemente, sobre o conhecimento que produzimos.

Os diálogos e as interpelações de nossos interlocutores chamam a atenção para outra questão. Eles nos alertam para o fato de que concentramos muito esforço reflexivo em como comunicar para dentro dos espaços universitários, produzindo bons textos científicos e, por que não dizer, sendo aprovadas em periódicos e bancas de avaliação. Por vezes, porém, concentramos menos esforço em como nos comunicamos com os interlocutores, no sentido de produzir uma interação marcada por traduções e entendimentos recíprocos – que também podem informar sobre quem somos, o que produzimos e como produzimos conhecimento.

Se nossas experiências de campo são atravessadas pelo testemunho dos desconfortos, incertezas e tensões sofridos por nossos interlocutores/as, é inerente aos nossos fazeres uma reflexividade contínua sobre como comunicamos aquilo que fazemos, indo além de apresentações formais ou de “Termos de Consentimento”. Trata-se de tecer caminhos de diálogo que aproximem diferentes saberes, construindo pontes de compreensão. É comprometer-se com os desdobramentos de nossas produções e com o impacto que podem ter nas vidas de nossos/as interlocutores/as, bem como reconhecer os dilemas e potencialidades de nossa atuação, que

também são definidos por nossas posições políticas e engajamentos em determinadas agendas.

Justamente por isso, é necessário um esforço pela constituição de diálogos que possam ser consensuados e compreendidos. É o que se evidencia a partir de mais uma situação de campo. Ainda em Maceió, em um sábado de setembro de 2023, durante um dos primeiros encontros de formação da Frente Pelo Desencarceramento de Alagoas. No decorrer de toda a semana, eu¹⁵ havia contribuído com as mobilizações feitas para o evento acontecer, como encontrar um local para realizarmos o encontro gratuitamente, organizar a logística de alimentação e mobilizar os familiares para participarem da formação.

Na manhã do evento, peguei carona com a Ada Rízia em direção a um auditório localizado no estádio Rei Pelé, onde aconteceria a formação. Ao chegarmos, cumprimentamos as pessoas que reconhecemos na entrada e, antes de nos acomodarmos, fomos abordadas por duas mulheres que vestiam camisas da Agenda Nacional pelo Desencarceramento, onde lia-se a frase “Ser família não é crime”. Uma delas seria a facilitadora da formação. Nos apresentamos, falamos sobre nossas pesquisas, sobre quem já conhecíamos daquele coletivo e então perguntamos sobre elas, suas histórias de vida e seu engajamento. Conversamos um pouco antes do início do evento, que aconteceu no período da manhã e da tarde.

A primeira parte da formação abordou os dez pontos de reivindicação e orientação política da Agenda Pelo Desencarceramento. Após essa etapa, houve uma pausa para o almoço, antes da abertura do segundo espaço de estudo e partilha coletiva, de tarde. Durante o intervalo, algumas pessoas conversavam em pequenos grupos, enquanto outras descansavam. Procurei uma cadeira na primeira fileira do auditório e voltei a me sentar para esperar o retorno das atividades. Olhei para trás e cumprimentei uma senhora que estava sentada. Ela tinha os cabelos bem grisalhos, era baixinha, de pele branca e marcada pelo tempo. Ela sorriu para mim, nos cumprimentamos e, logo em seguida, me fez uma pergunta que me pegou de surpresa. Olhando em direção ao pequeno banner que estava pendurado ao meu lado, falou – Eu não entendi essa frase. “Todo preso é um preso político”, era o que estava escrito. Fiquei alguns segundos pensando em como ajudá-la a compreender aquela afirmação.

Comecei buscando os caminhos para explicar a frase de uma maneira que a ajudasse a sanar suas dúvidas. Ada entendeu que a dificuldade principal residia na afirmação “político”, porque ela estava associando essa palavra à “política partidária”, ao político que votamos nas eleições etc. Fomos então buscando outros sentidos para que ela conseguisse entender a frase. De relance, vi que uma das representantes da Agenda Nacional estava se aproximando e aproveitei para pedir a sua ajuda. Imaginei que ela teria outros repertórios e saberes para traduzir os seus significados, como alguém que há mais de 15 anos acompanha um familiar que está preso e que

¹⁵ Relato de campo relativo à pesquisa de doutorado de Alana, financiada pela Fapesp [2021/13466-4].

constrói movimentos em defesa da população encarcerada.

Sua primeira tentativa de explicar a frase foi citar a prisão do Lula, da figura dele reconhecida como “preso político”, o que não pareceu ajudar a senhora na compreensão. Em certo momento, ela fez a seguinte pergunta – Existe branco preso? Tem algum branco preso? A resposta imediata da senhora foi dizer que sim. Ela era uma mulher branca, e imaginei naquele momento que o seu filho, que está preso, também deveria ser. Ela repetiu a pergunta – Existe branco preso? E mais uma vez a senhora respondeu que sim. Nesse momento eu interferi no diálogo, virei para a senhora e falei – Ela está se referindo a pessoas brancas que são ricas, que têm muito dinheiro. E complementei – Imagino que o seu filho é branco e está preso, mas é um branco pobre. Se tivesse dinheiro não estaria preso, né? Na mesma hora, ela concordou comigo, disse que sim, porque “gente rica não fica presa”. E foi nesse caminho de sentido que continuamos a conversa. “Quem tem dinheiro compra tudo”, não passa um dia na prisão, já quem não tem condições padece nas mãos desiguais do sistema de justiça.

Me pareceu que a tentativa daquela ativista estava sendo explicar a frase para a senhora a partir de um discurso que ressalta o racismo reproduzido pelo sistema punitivo, que encarcera em grande maioria pessoas racializadas negras. Mas a forma apresentada não foi suficiente para aproximar os caminhos compreensivos entre as duas. Esse diálogo continuou ressoando em mim durante os dias seguintes. A ativista, mulher negra, de família pobre, estudante de direito e militante da Frente pelo Desencarceramento, parecia dialogar numa dimensão muito distante daquela senhora branca, também muito pobre, mas que era semianalfabeta e que, provavelmente, não era frequentadora de espaços de formação como aquele. As fronteiras das diferenças estavam impostas interseccionalmente, pois não era apenas a raça que estava informando a produção de diferenciações entre as duas. Mesmo que elas dividissem a experiência como familiares nas filas de visita no sistema prisional.

Essa situação nos coloca diante da complexidade de relações estabelecidas em nossos fazeres etnográficos, assim como expressa os conflitos entre os diferentes sujeitos que compõem essas interações – nesse caso, a mãe que pergunta, a pesquisadora que é desafiada a encontrar caminhos de tradução e explicação e a ativista que responde conforme categorias de mobilização política que não se adequam automaticamente às experiências das pessoas que pretende formar e engajar. Cenas como essa provocam uma discussão sobre as complexidades relacionais entre as posições de pesquisadora, militante/ativista e interlocutora de pesquisa, e provocam-nos a refletir sobre os limites e possibilidades de nossos engajamentos em campo.

Somos interpeladas acerca de nossas posições diante das situações que nos são narradas e que testemunhamos, e tais interpelações são constitutivas do conhecimento que produzimos. Se aquilo que escrevemos como resultado de pesquisa é sempre a partir dos lugares empíricos e epistemopolíticos (Malvasi *et al.*, 2018), esses lugares são constituídos nas e pelas teias de

relações que tecemos em campo. São essas relações que nos permitem as aproximações e os afastamentos, que nos abrem janelas de observação e constituem as perspectivas em que nos situamos. E essas relações são tecidas a partir da forma como somos vistas, interpretadas e categorizadas.

Saber, por exemplo, se “somos ligadas a alguma religião”, se “consideramos aqueles meninos vítimas” ou o que entendemos sobre o que é um “preso político” são questões centrais para a constituição de consensos ou dissensos que, dependendo de como se desenrolam, podem modular o tipo de relação que os interlocutores decidem estabelecer conosco, quais informações se dispõem a compartilhar e como, enfim, percebem nossa presença em campo.

Por isso, propomos um olhar que positiva e potencializa a diversidade da nossa formação dentro dos campos em que estamos inseridas – incluindo, como constituinte de nossos ofícios, o esforço por produzir aproximações, dirimir tensões, estar sensíveis às dissonâncias de vozes ou compreensões e, de maneira respeitosa, construir reflexões sobre isso. Como pesquisadoras, não reivindicamos um olhar que está descolado e “acima” das relações, tampouco um repertório mais articulado para interpretar as situações testemunhadas e narradas. Estamos falando de um engajamento encarnado para encontrar estratégias de diálogo, compreensão e reflexão que nos acirrem à feitura dos nossos campos de pesquisa, por meio do interesse em refletir sobre como nossas presenças interferem, comunicam e se misturam no cotidiano das pessoas com quem nos relacionamos.

Uma parte do desafio, então, é a constituição intencional de campos de diálogos possíveis. Nem sempre partimos de um repertório comum de ferramentas para interpretar as situações, o que cria não apenas discordâncias, mas incompreensões sobre como lidamos com os acessos que nos são cedidos. Em campo, acessamos dimensões muito delicadas dessas tramas, como as angústias de uma mãe diante de um filho encarcerado em condições violadoras, num contexto armado de tensões entre pessoas que se entendem como vítimas de violência e agentes do Estado. Não é de se surpreender, portanto, que nessas relações – sempre desiguais e quase sempre atravessadas por interrogações, expectativas e desconfianças –, interesse saber como entendemos e lidamos com aquilo que nos é exposto. Somos interpeladas sobre nossa posição e sobre as lentes epistemopolíticas (Malvasi *et al.*, 2018) que usamos para interpretar, textualizar e publicizar o que vemos e ouvimos.

Cada entrada em campo engendra limites e potenciais próprios, que precisam ser considerados em nossos processos reflexivos e ser explicitados em nossas produções. Essas entradas implicam afetações que têm o potencial de se constituir em produção de conhecimento. Estamos pensando junto a Favret-Saada (2005), que propõe uma compreensão sobre o campo ampliada para além das comunicações verbais tradicionais, tensionando as rígidas fronteiras entre as identidades com as quais nos reconhecemos e somos reconhecidas.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Ao longo deste texto, colocamos em diálogo cinco experiências de pesquisa etnográfica. O fio que as conecta é o fato de todas serem atravessadas, de diferentes modos, por situações de violência. Como diz o autor indiano Salman Rushdie (2024), “a violência espatifa o quadro”: é aquilo que nos desorganiza, o que torna a realidade difícil de ser digerida. Ao mesmo tempo, é o que nos interpela, provoca e desafia. Sua presença produz saberes, resistências, laços e formas de vida plurais. Não por acaso, também é o que provoca dilemas e reflexões profundas sobre nossos fazeres etnográficos, refletindo-se na forma como pesquisamos, nas estratégias que usamos para continuar em campo e na qualidade do conhecimento que produzimos (Latour, 2015).

As violências com as quais nos deparamos são corporificadas, situadas e relacionais – afinal, também estamos emaranhadas em marcadores cujos acionamentos delimitam as fronteiras entre aqueles que são, ou não, matáveis e/ou incrimináveis (Misse, 2010). É a partir de nossos corpos e posições que testemunhamos as reações e elaborações das pessoas às violências que sofreram, também corporificadas. Por isso, nossa atenção e responsabilidade são constantemente acionadas, nos implicando nessa equação, elucidando o lugar de onde construímos relações nos espaços de investigação e atuação política e trazendo à tona os parâmetros por meio dos quais refletimos, estabelecemos limites e realizamos o exercício pendular de aproximação e afastamento.

Nesse sentido, propusemos um exercício de reflexividade sobre as prioridades e os compromissos que acionamos nas situações com as quais nos deparamos. Entendemos tais acionamentos como situados, pois não podem ser simplesmente transpostos de distintas experiências de pesquisa, por similares que sejam. Trata-se de um tipo de aprendizado que se constrói a partir da consideração comprometida com o próprio campo em suas singularidades. Além disso, nem sempre esse aprendizado nos está disponível no momento em que enfrentamos dilemas ou somos interpeladas por nossas posições em campo, constituindo-se muitas vezes como um conhecimento posterior, oriundo de reflexões que demandam um tempo muito particular de ponderação, amadurecimento e elaboração.

Também por isso, delinear limites quanto aos engajamentos é uma das formas que, cada uma à sua maneira, tem encontrado para lidar com os dilemas e as inseguranças provocados pelo contato com situações de violência. Por um lado, o ato de textualizar limites e implicá-los como constituintes de nossas produções é um modo de provocar narrativas que, ao desconsiderar a dimensão corporificada da produção de conhecimento, se entendem ou propõem como neutras e universais. Por outro, também é uma forma de tensionar as concepções que tendem a tratar a vivência de situações de risco como um atestado de autenticidade do campo – ou, então, da

qualidade do trabalho de pesquisadoras/es. Parâmetro esse que, inclusive, pode levar à reificação e criminalização de atores e atrizes, territórios e corpos, contribuindo para a sua essencialização sob as categorias do risco e da violência.

Não é demais lembrar que nosso fazer etnográfico compõe um campo de disputas cognitivas (Grupo de Pesquisa Cidade e Trabalho, 2020) no debate público brasileiro. Por exemplo, quanto à forma como classificamos e interpretamos a massa genérica de acontecimentos, experiências e situações enunciados pela categoria “violência urbana” e pela nomeação daqueles que corporificam seus tipos sociais: os “bandidos”, “criminosas”, “membros de organização criminosa”. Quanto à definição dos limites do que pode ser entendido como violência de Estado, violência criminal e violência passional. E, sobretudo, quanto à maneira como buscamos escapar da dualidade entre “vítimas” ou “algozes” com a qual somos também interpeladas. Tudo isso, mais do que limitações, pode ser entendido como exercício reflexivo: circunstâncias que, afora tensionar o que publicizamos, são constitutivas daquilo que nos propomos a compreender.

Se não oferecemos respostas categóricas aos dilemas mencionados, sugerimos encarar as questões que os constituem como fontes de possibilidades. Em vez de tomar seus desdobramentos como impedimentos e silenciamentos, incorporamo-los como interrogações que não apenas informam sobre nossos campos, mas também podem se constituir em fontes de aprendizado sobre nossas práticas. A questão, afinal, se torna mais do que “o que não tornar público, apesar de interessante?”, mas, sim: “o que os dilemas sobre o que tornar ou não público informam sobre o próprio fazer etnográfico e o campo?”. Em suma, propomos considerar esses dilemas em sua dimensão produtiva. Eles nos informam sobre o que está em jogo e sobre o que nossos interlocutores esperam de nós quando têm suas vidas atravessadas pela violência; sobre como o que nos é testemunhado se relaciona ao modo como somos posicionadas em contextos atravessados por tensões e riscos; sobre como quem somos e o que fazemos é apreendido por essas pessoas e, por fim, sobre como comunicamos e nos fazemos entender em relação às próprias posições, expectativas e pressupostos.

Em outras palavras, os cuidados que tomamos e explicitamos como pesquisadoras dizem sobre nossa prática, nos permitem deslindar as condições situadas em que pesquisamos. Podem, assim, despertar nosso olhar para as formas como se produzem a diferença, a alteridade e a hierarquização em nossas relações de pesquisa. Podem, ainda, chamar a atenção para as implicações desses processos em todo um campo das ciências sociais, que, há décadas, tem lidado com situações de violência, mas que pouco tem se detido a refletir sobre as interpelações que esse próprio campo nos faz e sobre a forma como nos relacionamos com ele. Por fim, o artigo revela como ser pesquisadora mulher e testemunha da violência pode trazer dimensões produtivas tanto no âmbito da pesquisa científica quanto nos engajamentos e lutas cotidianas

com interlocutores que vivenciam e reagem às situações de violência.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Matheus de Araújo. **Do luto à luta: o Movimento Mães de Maio da Baixada Santista de São Paulo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
2. AQUINO, Jania; HIRATA, Daniel. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 84, v. 2, p. 107-147, 2018. Disponível em: <https://geni.uff.br/2021/03/26/insercoes-etnograficas-ao-universo-do-crime-algumas-consideracoes-sobre-pesquisas-realizadas-no-brasil-entre-2000-e-2017/>. Acesso em: 11 mar. 2025.
3. BARROS, Betina Warmling. **A coerência da crueldade: os significados da violência extrema para os envolvidos no tráfico de drogas no Rio Grande do Sul**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
4. BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
5. BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>. Acesso em: 11 mar. 2025.
6. BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
7. CIPRIANI, Marcelli. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a “paz” na prisão e a guerra na rua**. São Paulo: Hucitec, 2021.
8. DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 9-41, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645006>. Acesso em: 11 mar. 2025.
9. DAS, Veena. **Vida e palavras: A violência e sua descida no cotidiano**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
10. DAS, Veena. Wittgenstein and Anthropology. **Annual Review of Anthropology**, San Mateo, v. 27, p. 171-195, 1998.
11. FARIAS, Juliana; LAGO, Nathalia; EFREM FILHO, Roberto. Mães e lutas por justiça. Encontros entre produção de conhecimento, ativismos e democracia. **Sexualidad**,

- Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 36, p. 146-180, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/NFsvcFnDTC8WX388M8YdysD/>. Acesso em: 11 mar. 2025.
12. FELTRAN, Gabriel. A categoria como intervalo – a diferença entre essência e desconstrução. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 51, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/GLxSf7VNLPPKtRwfjkS3Nfr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2025.
 13. FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1 e2, p. 39-53, 2008.
 14. FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-16, 2005.
 15. GODOI, Rafael; CAMPOS, Marcelo da Silveira; MALLART, Fábio; CAMPELLO, Ricardo. Epistemopolíticas do dispositivo carcerário paulista: Refletindo sobre experiências de pesquisa-intervenção junto à Pastoral Carcerária. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 143-158, 2020. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/332>. Acesso em: 12 mar. 2025.
 16. GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 159-173, 2006.
 17. GRUPO DE PESQUISA CIDADE E TRABALHO. (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. **Dilemas**, Reflexões na Pandemia, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-59>. Acesso em: 12 mar. 2025.
 18. HANSON, Rebeca; RICHARDS, Patricia. **Harassed: gender, bodies and ethnographic research**. Oakland: University of California Press, 2019.
 19. HARAWAY, Donna. “Gender” for a Marxist Dictionary: the Sexual Politics of a Word. In: HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature**. London: Free Association Books, 1991. p. 127-148.
 20. HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.
 21. INGOLD, Tim. That’s enough about ethnography! **Journal of Ethnographic Theory**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 383-395, 2014. Disponível em: <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau4.1.021>. Acesso em: 12 mar. 2025.
 22. LATOUR, Bruno. Faturas/fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 123-146, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n2p123>. Acesso em: 11 mar. 2025.
 23. MALVASI, Paulo; SALLA, Fernando; MALLART, Fábio; MELO, Rodrigo. Saberes da

- encruzilhada: Militância, pesquisa e política no sistema socioeducativo. **Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 75-96, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/5157>. Acesso em: 11 mar. 2025.
24. MILLER, Theresa. “Listen to your mother”: negotiating gender-based safe spaces during fieldwork. **Journal of the Anthropological Society of Oxford**, Oxford, v. 7, n. 1, p. 80-87, 2015. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:582b58d8-92c3-479b-a60b-b58078e44231/files/rv979v450f>. Acesso em: 11 mar. 2025.
25. MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sv7ZDmyGK9RymzJ47rD5jCx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2025.
26. PADOVANI, Natália Corazza. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 51, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/123384307/Tr%C3%A1fico_de_mulheres_nas_portarias_das_pris%C3%B5es_ou_dispositivos_de_seguran%C3%A7a_e_g%C3%AAnero_nos_processos_de_produ%C3%A7%C3%A3o_das_classes_perigosas_. Acesso em: 11 mar. 2025.
27. PARREIRAS, Carolina. Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora das/nas violências. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 274-329, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/142127>. Acesso em: 11 mar. 2025.
28. PINHO, Isabela Vianna. **Casa de mulher: os circuitos cotidianos de cuidado, dinheiro e violência em São Carlos/SP**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
29. PUGLISI, Rodolfo. Etnografía y participación corporal: Contribuciones metodológicas para el trabajo de campo. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, Buenos Aires, v. 9, n. 17, p. 20-35, 2019. Disponível em: <http://www.relmis.com.ar/ojs/index.php/relmis/article/view/20>. Acesso em: 11 mar. 2025.
30. RUSHDIE, Salman. **Faca: reflexões sobre um atentado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.
31. TELLES, Vera da Silva; GODOI, Rafael; BRITO, Juliana Machado; MALLART, Fábio. Combatendo o encarceramento em massa, lutando pela vida. **Caderno CRH**, Salvador, v. 33, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/32931>. Acesso em: 11 mar. 2025.
32. TREVAS, Juliana Torres Y Plá. **Mulheres, afetos e estratégias de sobrevivência em prisões de Pernambuco**. 2023. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

Ada Rízia Barbosa de Carvalho

Doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5677-6700>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Concepção e Redação, Revisão. E-mail: riziaada@gmail.com

Isabela Vianna Pinho

Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3567-297X>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Concepção e Redação, Revisão. E-mail: isaviannapinho@gmail.com

Marcelli Cipriani

Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1562-0395>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Concepção e Redação, Revisão. E-mail: marcellicipriani@hotmail.com

Juliana Torres y Plá Trevas

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal Pernambuco. ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6183-9453>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Concepção e Redação, Revisão. E-mail: jutrevas88@gmail.com

Alana Barros Santos

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5455-1647>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Concepção e Redação, Revisão. E-mail: barrossalana@gmail.com